



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019**  
**PROCESSO Nº 0101859/2018**

O Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, na Nova Sede desta SEAP, localizada na Rua Gabriela Mistral, nº 716, Vila Palmeira (Antigo Colégio Universitário – COLUN), São Luís – MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do TIPO MENOR PREÇO POR LOTES, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual 24.629/2008, Lei Estadual 10.403/2015, Lei estadual 9.529/2011, aplicando subsidiariamente no que couber a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pela Resolução CCL nº 002/2017, de 18 de julho de 2017 e demais legislações aplicadas à matéria, e pelas cláusulas deste edital a seguir declinadas. A sessão pública do **Pregão Presencial n.º 012/2019**, terá início às **14h30min do dia 12 de março de 2019**, devendo os envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e respectivo anexo serem entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, na sala de reuniões da Comissão Setorial de Licitação da SEAP, na **Nova Sede desta SEAP, localizada na Rua Gabriela Mistral, nº 716, Vila Palmeira (Antigo Colégio Universitário – COLUN), São Luís – MA**, na data e horário acima mencionados.

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO/ VALOR GLOBAL**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para **prestação de serviço** de instalação de Estação de Tratamento de Água – ETA e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE com disponibilização de insumos nas Unidades Prisionais de Coroatá e São Luís, conforme condições e especificações delineados no Termo de Referência e seu anexo.

1.1.1 O serviço será executado em remessa única, com prazo de entrega/instalação não superior a **90 (noventa) dias úteis**, contados após a emissão da ordem de serviço.

1.2. O **valor global** estimado da presente licitação é de **R\$ 157.456,09 (Cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e nove centavos)**, dividido entre os seguintes Lotes:

Lote I- R\$ 78.026,47 (Setenta e oito mil, vinte e seis reais e quarenta e sete centavos)

Lote II – R\$ 79.429,62 (Setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos)

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas no ramo do objeto conforme descrito neste Edital e seus anexos e que atenderem às condições estabelecidas, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas.



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

2.2.1 A participação nesta licitação para os **LOTES I e II** por se enquadrar no valor limite de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será **RESTRITA** às Microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), consoante o artigo 7º da lei estadual 10.403/2015, legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente do objeto descrito neste Edital e seus Anexos e que atenderem às condições estabelecidas, mediante Declaração **(Anexo V)**, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais.

## 2.2 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO:

2.2.1 Empresa suspensa de participar de licitação e impedido de contratar com a SEAP, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2.2 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.2.3 Empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2.4 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

2.2.5 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.2.6 Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

2.2.6.1 Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócio pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

2.2.7 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.2.8 Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;

2.2.9 Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

2.2.10 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.11 Não poderão participar empresas que possuam, entre seus sócios, servidor da SEAP, bem como aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão no direito de licitar e contratar pela SEAP.

## 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

a) Tratando-se de representante legal, fornecer o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial competente ou, tratando-se, de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, ou Carta Credencial da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supramencionada, que comprove os poderes do mandante para a outorga. **A Procuração particular ou Carta Credencial deverão estar com a firma reconhecida.**

c) **Declaração da licitante**, sob as penas da lei, no caso ME, EPP e MEI que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, respectivamente, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido, estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, conforme modelo anexo ao Edital (**Anexo V**).

3.2. O Representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

3.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.4. O credenciamento será conferido pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio, a cada Sessão Pública realizada.

3.5. Após o credenciamento, será declarada, pelo Pregoeiro, a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

3.6. Na ausência do credenciamento, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

3.7. O modelo de credenciamento está descrito no **Anexo II**.

3.8. Para que a empresa licitante participe como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar junto ao credenciamento, a comprovação de que é ME ou EPP, mediante **Certidão Específica expedida pela Junta Comercial**, conforme prescreve o art. 3º da Instrução Normativa nº 20 de 05/12/2013 do departamento de registro empresarial e integração.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

4.1. Os licitantes poderão apresentar, pessoalmente (através de representante credenciado) no dia, hora e local citados no preâmbulo deste Edital ou por fax, via postal, carta registrada ou outro meio em que reste de forma inequívoca, que a Comissão Setorial de Licitação tenha efetivamente recebido em tempo hábil para a devida apreciação a **Proposta de Preços e toda Documentação de Habilitação, em 02 (dois) envelopes opacos distintos, devidamente fechados**, em cuja parte externa e frontal, deva obrigatoriamente conter as seguintes informações:

**À SEAP – COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**Rua Gabriela Mistral, nº 716, Vila Palmeira – São Luís – MA**  
**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019**  
**Razão Social e Endereço do Licitante**



À SEAP – COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO  
Rua Gabriela Mistral, nº 716, Vila Palmeira – São Luís – MA  
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019  
Razão Social e Endereço do Licitante

4.2. A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse da licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um (a) Pregoeiro (a) e realizada de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, com suas modificações e em conformidade com o disposto neste Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

4.3. No dia, hora e local designados neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo **credenciamento**, nos termos deste Edital.

**4.4 É terminantemente vedado a entrada de licitantes à sessão do Pregão com envelopes com a proposta de preço ou documentos de habilitação abertos/devassados ou em desatendimento às prescrições deste Edital, sob pena de não aceitação pelo Pregoeiro.**

4.5. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, que serão conferidas e rubricadas.

4.6. A entrega dos envelopes nº 01 e 02, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

## 5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, com o seguinte conteúdo:

- a) **Número do Processo**, razão social do proponente, nome fantasia da empresa, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);
- b) **Dados bancários**, tais como: nome do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;
- c) **Nome completo do responsável** pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade, e cargo na empresa;
- d) **Descrição detalhada** das características que compõem os **ITENS** ofertados nos Lotes, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e seu anexo, com a indicação da **unidade, quantidade e marca**.
- e) **PREÇO UNITÁRIO E TOTAL dos itens ofertados nos lotes e o VALOR TOTAL da Proposta de Preços para cada lote**, em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo dois algarismos após a vírgula, já incluídos todas as despesas incidentes, essenciais a entrega dos materiais;





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

f) **Validade da proposta** de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

g) **Local de entrega:** A depender do Lote que a licitante irá participar. O objeto deve ser entregue e instalado na Penitenciária Regional de São Luís e Penitenciária Regional de Coroatá, conforme os endereços:

Endereço: BR 135, KM 16, Pedrinhas, São Luís – MA.

Endereço: Rua Mangue Alto, s/nº, Bairro Silene, Coroatá – MA. Horário: 08:00 às 18:00 (de segunda-feira à sexta-feira)

h) **prazo de entrega;** “Prazo de entrega/instalação não superior a **90 (noventa) dias úteis**, contados após a emissão da ordem de serviço”.

i) **Prazo de garantia;** “Os equipamentos deverão ser ofertados com prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados da data da instalação dos equipamentos, devendo prestar toda a assistência técnica e peças de reposição, caso seja observado problemas de fabricação e/ou montagem que venham contribuir para o mal funcionamento do equipamento”.

l) **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**, conforme estabelecido no art.4º, VII, da lei Federal nº 10.520/2002, conforme modelo disponibilizado (**Anexo VI**).

**5.2.** Nos preços ofertados deverão ser considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, entre outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

**5.2.1.** A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Maranhão, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Estadual.

**5.2.2.** Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexecutável. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora fornecer os bens sem ônus adicionais.

**5.3.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvada apenas aquelas destinadas a sanar **evidentes erros formais**, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

**5.4. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta, não será causa de desclassificação.**



5.5. A cotação e os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão da exclusiva e da total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

5.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

5.7. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

5.9 **Havendo divergência entre os valores numéricos e por extenso, predominarão os últimos.**

5.10. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo **Pregoeiro**.

#### **6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

6.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o pregoeiro e sua equipe de apoio, classificarão o licitante autor da proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos, **em até 10 (dez por cento)** relativamente à de menor preço.

6.2 Quando não forem verificadas **no mínimo 03 (três) propostas** escritas de preços, nas condições definidas no subitem acima, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, **até no máximo de 03 (três)**, para que seus proponentes participem dos lances verbais, **quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas proposta escritas**.

6.3 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação de lances.

6.4. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelos licitantes, para efeito de posterior ordenação das propostas.

6.5. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, devem ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances de valores iguais. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

6.6. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente, pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTES**.

6.7. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.



6.8. Caso a proposta vencedora não atenda as exigências deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, sendo o respectivo proponente declarado vencedor, devendo atender as condições e exigências previstas neste Edital.

**6.9. Serão desclassificadas aquelas propostas que:**

- 6.9.1. Não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, inclusive erratas e/ou esclarecimentos que porventura sejam emitidas pelo Pregoeiro;
- 6.9.2. Forem omissas ou as que apresentem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento;
- 6.9.3. Que contenham preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos materiais são coerentes com os de mercado.

6.10 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de menor lance, no sentido de que seja obtido menor preço.

6.11 Em caso de absoluta igualdade de preços, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º da Lei nº 8.666/93, proceder-se-á ao desempate, pelo critério de sorteio em ato público.

6.12 O sorteio de que trata o item 6.11 será realizado com a presença dos licitantes empatados, devidamente convidados para a sessão onde serão depositados em uma urna os nomes dessas mesmas empresas por ordem alfabética, sendo retirado posteriormente um a um o nome da empresa a qual será considerada desempatada.

6.13. O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

6.14. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes a composição de preços unitários de serviços, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

6.15 Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, sendo observado, para efeitos da Lei Complementar nº. 123/06, bem como da lei estadual 10.403/2015, os requisitos para participação das microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI).

6.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinado pelo Pregoeiro, pelos Membros da Equipe de Apoio e pelos representantes dos proponentes presentes.

**7. DA HABILITAÇÃO DAS LICITANTES**

7.1. A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em 01 (uma) via, em envelope devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no subitem 4.1 deste edital.



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

7.2. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, procedendo a sua habilitação ou inabilitação.

7.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada através de Cartório competente, ou por servidor desta SEAP/MA, com antecedência até o primeiro dia útil anterior à data marcada para a abertura dos envelopes, no horário das 13hs às 17hs, na sala de Comissão de Licitação, mediante a apresentação dos originais para confronto, compreendendo documentação referente à:

- a) Habilitação jurídica; b) regularidade fiscal e trabalhista; c) qualificação técnica; e d) qualificação econômica financeira.

7.4. **A regularidade jurídica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) **Cédula de identidade do proprietário da empresa;**  
b) Registro Comercial, em caso de empresa individual;  
c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;  
d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.  
e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.5. **A regularidade fiscal e trabalhista**, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa;  
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;  
c) Certidão Negativa de Débitos Municipais e de Dívida Ativa com o Município;  
d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais (CND) e de Dívida Ativa com o Estado (CNDA);  
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);  
f) **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**  
g) **Prova de situação regular** perante o Fundo de garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF.

7.5.1 As microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar n. 123/2006.





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

7.5.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade **fiscal e trabalhista** das **microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração da SEAP, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123.

7.5.1.2 A não regularização da documentação das microempresas ou empresas de pequeno porte, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

7.6. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art.27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, bem como **Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da sua Habilitação**, nos termos do ANEXO III.

7.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado. Executando-se, no que couber, as microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06.

7.9. **A qualificação técnica**, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.9.1 Apresentação de um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter fornecido os materiais compatíveis com o objeto desta licitação.

7.10. **A qualificação econômico-financeira**, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.11.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nas condições seguintes:

a) São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

I - publicado em Diário Oficial; ou

II - publicado em jornal; ou

III - por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou



IV - por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b) A comprovação de boa situação financeira, avaliada automaticamente pelo SICAF, com base na obtenção de Índice de Liquidez Geral (LG) Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultante da aplicação das fórmulas:

**Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

**Ativo Total**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

**Passivo Circulante + Passivo Não Circulante**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

c) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

d) As empresas com menos de 01 (um) exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

e) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o balanço foi arquivado.

f) A pessoa jurídica optante do sistema de Lucro Real ou Presumido (somente a que distribuem lucro), deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – **SPED CONTÁBIL**, nos termos da IN RFB 1.420/2013, IN RFB 1.486/2014, IN RFB 1.510/2014, IN RFB 1.594/2015, IN RFB 1660/2016 e IN RFB 1.679/2016;

**7.11.2 Certidão Negativa de Falência ou Concordata** (recuperação judicial ou extrajudicial), com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data da apresentação da proposta de preço, quando não vier expresso o prazo de validade.

## 8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



8.1. Qualquer pessoa até **02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada** para abertura da sessão pública poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório.

8.1.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, por escrito, ao Pregoeiro, devendo este ser protocolizado no Setor de Protocolo desta Secretaria.

8.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão até **02 (dois) dias úteis antes** da data fixada para recebimento das propostas.

8.2.1. A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no artigo 18 do Decreto Estadual nº 24.629/2008, devendo ser entregue diretamente na CSL, Rua Antônio Raposo, nº 405-A, Cutim – Anil, São Luís – MA.

8.2.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

8.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. Dos atos do Pregoeiro neste processo licitatório poderá o licitante, ao final da sessão pública, manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrado em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.3. Caberá ao licitante juntar os memoriais relativos aos recursos registrados em Ata no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da citada Ata, nos casos de:

### **a) Julgamento das Propostas; b) Habilitação ou Inabilitação da licitante.**

9.4. Cientes os demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem contrarrazões também em **03 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.5. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informando, à consideração do Secretário da SEAP, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.7. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a SEAP poderá homologar este procedimento licitatório e determinar a contratação com a(s) licitante(s) vencedora(s).

9.8. Constatado o pleno atendimento das exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste edital e seus anexos.

## **10. DA CONTRATAÇÃO**



10.1 Após a homologação do resultado deste **Pregão**, a licitante adjudicatária será convocada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para assinar o Contrato, na forma da minuta do **Anexo IV**, adaptado à Proposta vencedora, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

10.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.3 **É facultado à Administração**, quando a adjudicatária não apresentar situação regular no ato de assinatura do **Contrato**, ou **recursar-se a assiná-lo** no prazo e condições estabelecidas, **convocar os licitantes remanescentes**, obedecida a ordem de classificação, **para REABERTURA ou REVOGAÇÃO** deste pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste instrumento

10.3.1. Na sessão de reabertura do Pregão, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente melhor classificada, obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.

10.4 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

10.5 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária estabelecida no Maranhão, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito com a CAEMA, conforme determina o Decreto Estadual nº 21.178, de 26 de abril de 2005, assim como fará consulta prévia ao CEI, em obediência aos incisos III e VIII do art. 6º da lei Estadual 6.690/1996.

## **11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, contados posteriormente ao recebimento definitivo dos itens pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada.

11.2. Para fins de pagamento, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as seguintes documentações válidas:

- a) Solicitação de pagamento;
- b) Nota fiscal/fatura;
- c) Cópia do contrato e dos termos aditivos, caso existam;
- d) Cópia da nota de empenho;
- e) Cópia da Ordem de Fornecimento;
- f) Comprovante de inscrição CNPJ;
- g) Certidão Negativa de débito junto à CAEMA;
- h) Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- j) Certidão Negativa de Débitos Municipais e de Dívida Ativa com o Município;
- k) Certidão Negativa de Débitos Estaduais (CND) e de Dívida Ativa com o Estado (CND A);
- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**

11.3 Para fins de pagamento, **esta secretaria fará consulta do CEI**, com fulcro nos incisos III e VIII do art. 6º da lei estadual 6.690/1996.





## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Caso o licitante venha a cometer atos que prejudiquem o certame ou a futura contratação, e de acordo com a modalidade licitatória a ser escolhida, poderão ser aplicadas as penalidades legais.

12.2 De outro modo, quando do atraso injustificado na execução do contrato, a CONTRATADA poderá ser penalizada com multa de mora de até 1% (um por cento) do valor global do contrato por dia de atraso, nos termos do art. 86, *caput*, Lei Federal nº 8.666/1993, e das demais legislações pertinentes.

12.3. Quando da inexecução, total ou parcial, das obrigações contratuais, e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas o Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, e nas demais legislações pertinentes, sobretudo:

- a) **Advertência escrita;**
- b) **Multa**, sendo que:
  - b.1) No caso de inexecução total, multa de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
  - b.2) No caso de inexecução parcial, multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato;
- c) **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de transcorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

12.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

12.5. A rescisão contratual poderá ocorrer a depender da gravidade da infração cometida pela CONTRATADA, tendo como parâmetro o disposto no instrumento convocatório ou no contrato, e nos termos dos artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.6. Em todos os casos, deverão ser respeitados os princípios do devido processo, da ampla defesa e do contraditório.

## **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

13.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignado no orçamento da **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária**, em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

**VALOR TOTAL: R\$ 157.456,09 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e nove centavos)**

**EQUIPAMENTOS: R\$ 99.107,77 (noventa e nove mil, cento e sete reais e setenta e sete centavos)**

ÓRGÃO: 56.000 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 56101 - SEAP

FUNÇÃO: 14

SUBFUNÇÃO: 421

PROGRAMA: 0554

AÇÃO: 4687 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PRISIONAL

PI: MODERGESTÃO

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52

Fonte: 0101

**INSUMOS: R\$ 58.348,32 (cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos)**

ÓRGÃO: 56.000 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 56101 –SEAP

FUNÇÃO: 14

SUBFUNÇÃO: 421

PROGRAMA: 0554

AÇÃO: 4684 – Manutenção das unidades prisionais

PI: MANUTPRISÃO

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30

Fonte: 0101 –

#### 14. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

14.1 - É de responsabilidade da contratada a gestão da mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto do Termo de Referência.

14.2. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão novos e de primeira qualidade, obedecendo às especificações constantes no Termo, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização.

14.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

14.4. Os equipamentos deverão ter as seguintes características: excelente relação custo x benefício; simplicidade operacional, garantia aos equipamentos e instrumentos bem como manutenção; total visualização do processo; permitir fácil adaptação para a desidratação do iodo, caso necessário.

#### 15. DA GARANTIA DO EQUIPAMENTO/ASSISTÊNCIA TÉCNICA



15.1 Os equipamentos deverão ser ofertados com prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados da data de instalação dos equipamentos, devendo prestar toda a assistência técnica e peças de reposição, caso seja observado problemas de fabricação e/ou montagem que venham contribuir para o mal funcionamento do equipamento.

15.2. Sendo necessário, a assistência técnica será realizada nas dependências da contratada, em local adequado, durante o período da garantia contratual, ficando o transporte do equipamento, por conta desta Secretaria.

15.3. A assistência técnica ocorrerá dentro do prazo de garantia (6 meses), em caso de problemas de fabricação e/ou montagem, substituir, remover e/ou desmontar qualquer parte do equipamento quando isto for necessário para corrigir ou substituir parte defeituosas, obrigando-se também em montá-las novamente em sua posição original após a devida correção, substituição ou remoção da parte defeituosa, sem qualquer ônus para esta Secretaria

#### **16. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/ INSTALAÇÃO**

16.1 Prazo de entrega/instalação não superior a **90 (noventa) dias úteis**, contados após a emissão da ordem de serviço.

16.2 O objeto do Termo de Referência deve ser entregue e instalado na Penitenciária Regional de São Luís e Penitenciária Regional de Coroatá.

– **Endereço:** BR 135, KM 16, Pedrinhas, São Luís – MA.

– **Endereço:** Rua Mangue Alto, s/nº, Bairro Silene, Coroatá – MA.

– **Horário:** 08:00 às 18:00 (de segunda-feira à sexta-feira).

16.3 - É de responsabilidade da Contratada entregar e instalar o equipamento no local da prestação do serviço.

#### **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

17.2 É facultada ao **Pregoeiro** ou à **Autoridade Superior**, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.3 Fica assegurado ao **Secretário de Estado de Administração Penitenciária** o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

17.4 As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.5 Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo **Pregoeiro**.



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

17.6 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

17.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **Pregoeiro** em contrário.

17.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária-SEAP**.

17.9 Com fulcro na Lei Estadual 6.690 de 11 de julho de 1996, em seu artigo 6º, incisos III e VIII, esta Secretaria fará a consulta no CEI e verificando não constar a empresa vencedora no CEI, proceder-se-á a homologação da licitação. A licitante vencedora será convocada, por escrito, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar, assinar e devolver o instrumento contratual, na forma da minuta apresentada no **Anexo IV**, adaptado à proposta vencedora.

17.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de **Pregão**.

**17.11 Não será admitida a subcontratação do objeto deste Edital.**

**17.12 A adjudicação do resultado desta licitação será por LOTES**

**17.13** Fica condicionada a adjudicação do objeto do presente certame licitatório à prévia comprovação pela empresa vencedora de seu cadastro de fornecedores no Sistema Integrado de Administração de Serviços para Estados e Municípios (**SIAGEM/MA**) e no sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (**SIAFEM/MA**).

17.14 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

17.15 O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, se proferido no dia da abertura, ou mediante publicação na Imprensa Oficial.

17.16 O Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e **findará em 06 (seis) meses**, a contar da assinatura do contrato respeitando-se as normas licitatórias, jurisprudência e doutrina vigentes.

17.17 Em caso de Divergência entre o Edital, Termo de Referência e Contrato, observar-se-á precipuamente o disposto no Instrumento Convocatório, posteriormente, o Termo de Referência, e, por último o instrumento Contratual.

17.18 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

**17.19 Não serão admitidas cópias impressas de documentos autenticados digitalmente em cartório virtuais por afronta ao regulamento previsto na Medida Provisória nº 2.200-2/01, vez que a autenticidade dos documentos digitalizados deve ser atestada por meio de certificado digital emitido no âmbito do ICP-Brasil e/ou outros admitidos como válidos, e quando impressos perdem sua validade, tornando-se cópias simples, dado que a verificação do arquivo digital ocorre apenas no seu formato eletrônico.**





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

17.20 Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na **Comissão de Licitação da SEAP**, localizada a Rua Antônio Raposo, nº 405-A, Cutim – Anil, São Luís – MA, bem como poderá ser consultado pelo site: <http://www.seap.ma.gov.br>.

**18. São partes Integrantes deste Edital, independente de transcrição, os seguintes Anexos:**

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Credenciamento

ANEXO III – Declaração que não emprega menores e de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação.

ANEXO IV – Minuta do Contrato

ANEXO V – Declaração De Enquadramento como ME/EPP/MEI

ANEXO VI- Declaração De Pleno Conhecimento e Atendimento As Exigências De Habilitação

São Luís (MA), de de 2019.

**Autoridade Competente**  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
SEAP/MA





**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- DO OBJETO**

1.1 Prestação de serviço de instalação de Estação de Tratamento de Água – ETA e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE com disponibilização de insumos nas Unidades Prisionais de Coroatá e São Luís.

1.2. As especificações técnicas dos itens e a quantidade a ser provida estão dispostas no Anexo a este Termo.

**2 – MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

2.1 O serviço será executado em remessa única, com prazo de entrega/instalação não superior a 90 (noventa) dias úteis, contados após a emissão da ordem de serviço.

**3 - JUSTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A aquisição e instalação dos materiais e equipamentos referenciado decorre da necessidade de funcionamento das Estação de Tratamento de Água e Esgoto nas Unidades Prisionais em Coroatá e em São Luís com o objetivo de fornecer serviço de qualidade de captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta e tratamento de esgoto trazendo condições mais dignas aos encarcerados.

3.2. Considerando a necessidade de minimizar os problemas ambientais e melhorar as condições de tratamento de efluente das referidas unidades prisionais, faz-se necessário a aquisição dos equipamentos de ETA e ETE a fim de garantir o tratamento dos efluente gerado nestas penitenciárias, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos internos, proporcionando condições mais dignas, além de prezar pela saúde dos mesmos, assim como, também, às dos funcionários e da população, e, em especial, garantir à preservação do meio ambiente, seja por meio do reuso da água tratada pela ETE, como também pelo descarte da água ao meio ambiente com padrões adequados.

3.3. O tratamento de água consiste em procedimentos físicos e químicos que são aplicados na água para que esta fique em condições adequadas para o consumo. O processo de tratamento livra a água de qualquer tipo de contaminação, evitando, assim, a transmissão de doenças, verminoses e endemias como cólera e evitam o lançamento da poluição dos dejetos humanos nos lençóis freáticos, rios, lagos e nascentes;

3.4. O funcionamento dessas estações de tratamento deixarão de ser lançados 70 m<sup>3</sup>/dia de efluentes *in natura* aos corpos hídricos em Coroatá e 150 m<sup>3</sup>/dia de efluente na Regional de São Luís. Com o fornecimento desses equipamentos, serão tratados 30 m<sup>3</sup>/dia de água em Coroatá e 40 m<sup>3</sup>/dia na Regional de São Luís.

3.5. Destacamos que o funcionamento das Estações de Tratamento seguem as resoluções 430/2011 e 357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA que se referem às condições e padrões de lançamento do efluente, bem como dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento.

3.6. Em virtude de fornecer água com qualidade e procedência aos internos e colaboradores da Unidade Regional de Coroatá, é necessário a substituição de alguns equipamentos danificados.

3.7. Destaca-se o cumprimento da Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde que dispõe acerca de procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.



#### 4 - ADJUDICAÇÃO

4.1. A adjudicação será na modalidade por lotes, visto que esta Secretaria pretende adquirir os objetos que no seu contexto geral são da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os objetos em lotes, poderá gerar ao licitante ganhador, uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global, além de garantir o cumprimento do cronograma de entrega proposta no edital, pois caso os objetos fossem divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles, comprometeria todo o planejamento desta Secretaria.

#### 5 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - O Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato respeitando-se as normas licitatórias, jurisprudência e doutrina vigentes.

#### 6 - LOCAL DA ENTREGA E INSTALAÇÃO

6.1 - O objeto deste Termo de Referência deve ser entregue e instalado na Penitenciária Regional de São Luís e Penitenciária Regional de Coroatá.

- Endereço: BR 135, KM 16, Pedrinhas, São Luís – MA.
- Endereço: Rua Mangue Alto, s/nº, Bairro Silene, Coroatá – MA.
- Horário: 08:00 às 18:00 (de segunda-feira à sexta-feira).

6.2 - É de responsabilidade da Contratada entregar e instalar o equipamento no local da prestação do serviço.

#### 7 - PRAZO DE ENTREGA/INSTALAÇÃO

7.1 - Prazo de entrega/instalação não superior a 90 (noventa) dias úteis, contados após a emissão da ordem de serviço.

#### 8 - CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, contados posteriormente a prestação do serviço pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada.

8.2 - Igualmente, o interessado deverá comprovar seu estado de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, nos limites das leis orçamentárias, financeiras e da Lei Federal 8.666/1993.

#### 9 - DO CONTRATO

9.1. Em momento oportuno, as condições contratuais serão confeccionadas pelo setor competente quanto à elaboração da Minuta do Contrato, devendo englobar as obrigações, alterações, dentre outros pontos necessários à execução do ajuste, com fulcro no Capítulo III da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.2. Após a homologação do certame, o licitante vencedor será convocado para a assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3. A contratação está condicionada à verificação da regularidade dos documentos de habilitação do vencedor, nos termos do instrumento convocatório e da Lei de Licitações.



9.4. Quando o interessado não assinar o contrato, por não cumprimento das disposições acima, é facultado à Administração Pública, dar continuidade ao certame, convocando os licitantes remanescentes, conforme deverá ser explicitado no Edital.

## 10- PROCEDIMENTO PARA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

10.1. As condições de habilitação dos licitantes, entendidas como habilitação jurídica, regularidade social e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, serão contempladas no Edital Licitatório, respeitando-se as peculiaridades de cada contratação e limitando-se ao disposto nos Arts. 27 a 33 da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2. A apresentação e o critério de julgamento das propostas de preços serão considerados no momento da elaboração do Instrumento Convocatório, devendo respeitar métodos objetivos, aspectos legais e princípios do Direito, pertinentes à modalidade licitatória escolhida.

## 11 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

11.1. É de responsabilidade da contratada a gestão da mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

11.2. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão novos e de primeira qualidade, obedecendo às especificações constantes neste Termo, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização.

11.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

11.4. Os equipamentos deverão ter as seguintes características: excelente relação custo x benefício; simplicidade operacional, garantia aos equipamentos e instrumentos bem como manutenção; total visualização do processo; permitir fácil adaptação para a desidratação do iodo, caso necessário.

## 12 - DA GARANTIA DO EQUIPAMENTO/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. Os equipamentos deverão ser ofertados com prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados da data da instalação dos equipamentos, devendo prestar toda a assistência técnica e peças de reposição, caso seja observado problemas de fabricação e/ou montagem que venham contribuir para o mal funcionamento do equipamento.

12.2. Sendo necessário, a assistência técnica será realizada nas dependências da contratada, em local adequado, durante o período da garantia contratual, ficando o transporte do equipamento, por conta desta Secretaria.

12.3. A assistência técnica ocorrerá dentro do prazo de garantia (6 meses), em caso de problemas de fabricação e/ou montagem, substituir, remover e/ou desmontar qualquer parte do equipamento quando isto for necessário para corrigir ou substituir parte defeituosas, obrigando-se também em montá-las novamente em sua posição original após a devida correção, substituição ou remoção da parte defeituosa, sem qualquer ônus para esta Secretaria.

## 13 – DAS NORMAS TÉCNICAS





13.1. Todos os equipamentos devem atender os padrões das normas técnicas de modo a apresentar benefícios significativos a Unidade, tais como, Lei Federal nº 11.445/2017; Resolução CONAMA 357/05; Resolução CONAMA 430/11; Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011; Lei Estadual nº 8.923 de 12 de janeiro de 2009; Decreto nº 27.845 de 10 de novembro de 2011 e outras legislações pertinentes.

#### 14 – SANÇÕES CABÍVEIS

14.1. O atraso na execução contratual poderá penalizar a Contratada com multa de até 1% (um por cento) por dia de atraso, referente ao valor global do contrato.

14.2. A inexecução total ou parcial poderá sujeitar a Contratada à pena de advertência escrita, multa, suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a SEAP/MA ou declaração de inidoneidade, conforme ajustado na Minuta Contratual ou Instrumento Convocatório, e nos termos do Art. 87 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### 15 – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização será realizada pela UNIDADE GESTORA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – UGSE/SEAP/MA

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

São Luís, 03 de outubro de 2018.

**Luana Trindade França**

Chefe TRC/ULIP

ELABORADO POR:

**Alessandra Lídyia Farias Dias Silva**

Especialista Penitenciário Jurídico TRC/ULIP

Mat. 00866521-00

**Marcos Venicius de Araujo Sousa**

Estagiário de Direito



ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE I – ETE e ETA de Coroatá			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT
01	Bomba de Recalque do tipo Submersa. 220 volts; Potência: 1 Cavalo-Vapor; 60 Hz; IP - 65	UN	01
02	Bombas de Filtragem. 220 volts; Potência: 1/2 Cavalo-Vapor; 60 Hz	UN	03
03	Bombas de Reciclo de Iodo, tipo centrífuga; vazão de operação 18,2 m³/hora. Motor elétrico trifásico; Potência: 1 Cavalo-Vapor; 220 Volts; 50 Hz.	UN	01
04	Reator Aeróbico fabricado em polietileno retomoldado de alta densidade 25.000 litros.	UN	01
05	Instalação e Start-up	UN	01
06	Bomba Dosadora para dosagem de Hipoclorito de Sódio (cloro). Vazão: 0-5L; Pressão: 7 BAR; Tensão: 220 Volts.	UN	01
07	Sistema de Filtragem Hidrológico. Meio filtrante: quartzo. Plástico reforçado com fibra de vidro. Vazão de 2000 l/h. Suportam pressão até 3 BAR.	UN	01
08	Sistema de Filtragem Hidrológico. Meio filtrante: carvão ativado. Plástico reforçado com fibra de vidro. Vazão de 2000 l/h. Suportam pressão até 3 BAR.	UN	01



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

LOTE II – ETE e ETA São Luís			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT
01	Bombas de Recalque do tipo Submersa. 220 Volts; 1 Cavalo-Vapor; 60 Hz; IP-65	UN	02
02	Bombas de Filtragem. 220 Volts; 1/2 Cavalo-Vapor; 60 Hz.	UN	02
03	Compressor de ar tipo radial 220 Volts; Motor trifásico em carcaça de alumínio.	UN	02
04	Bombas de reciclo de Iodo tipo centrífuga. 220 Volts; 0,5 Cavalo-Vapor; 60 Hz; IP-65	UN	02
05	Quadro de comando 220 Volts, Trifásico; 60 Hz; IP-51	UN	01
06	Instalação e Start-Up	UN	01
07	Bomba Dosadora para dosagem de hipoclorito de sódio (cloro) Vazão: 0-5L; Pressão: 7 BAR; Tensão: 220 Volts.	UN	01



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

ANEXO II  
MODELO DE CREDENCIAMENTO

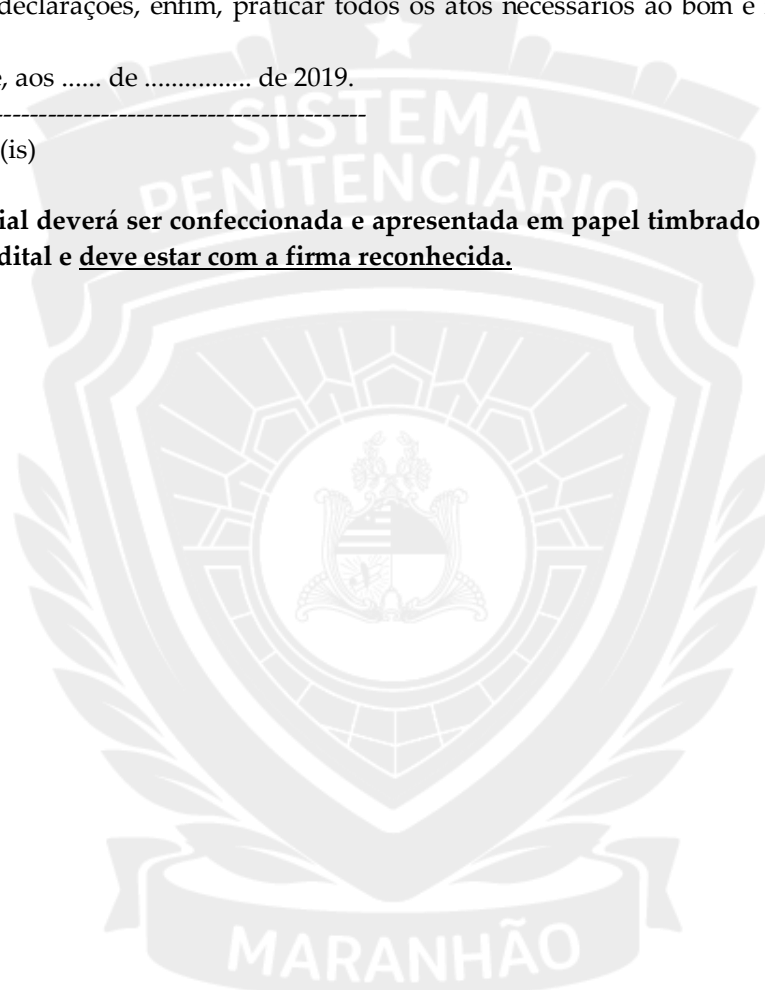
Pelo presente instrumento, a empresa ..... C.N.P.J ..... endereço ....., por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), nomeia e constitui o Sr. .... Cargo ..... inscrito no CPF sob o nº ....., portador da cédula de identidade RG nº ....., residente e domiciliado em ....., com endereço comercial na ..... ao qual OUTORGA AMPLOS PODERES para representá-la em todos os atos inerentes ao PREGÃO PRESENCIAL nº /2019 da SEAP, podendo, formular lances, complementar proposta, interpor recursos ou ressalvas, renunciar a interposição de recursos, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações, assinar declarações, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste instrumento.

Domicílio do Licitante, aos ..... de ..... de 2019.

ASS.: -----

Representante(s) legal(is)

**Obs.: A carta credencial deverá ser confeccionada e apresentada em papel timbrado pela empresa licitante, em atendimento ao Edital e deve estar com a firma reconhecida.**







**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2019.

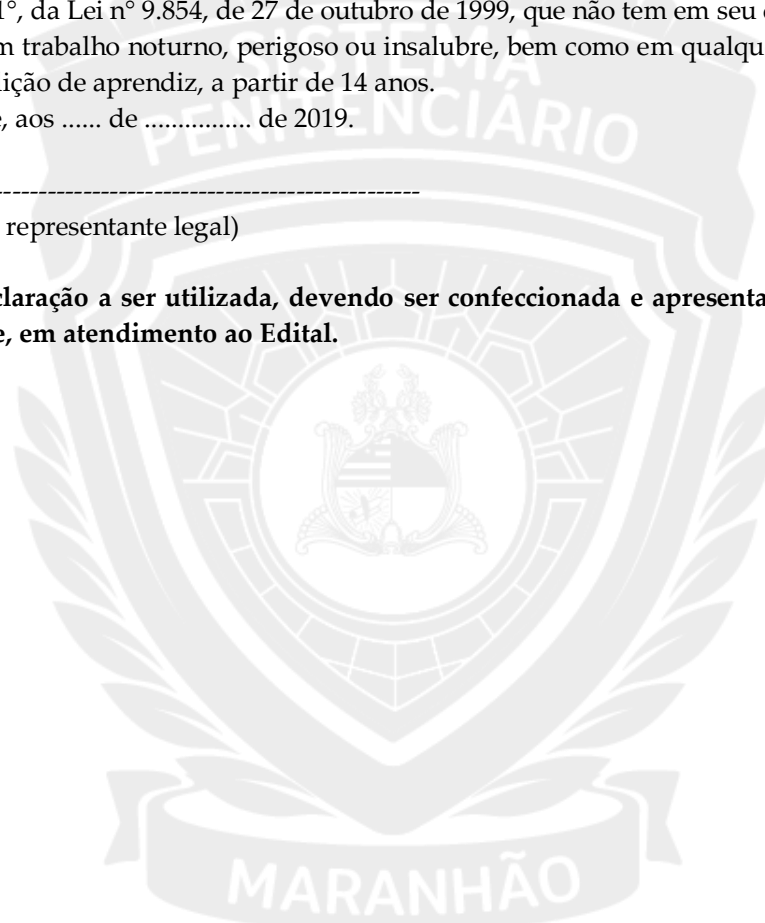
Eu ..... (nome completo) .....,representante legal da empresa ....., com sede na rua ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,interessada em participar da licitação em epigrafe, da SEAP, Declaro, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, também sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Domicilio do Licitante, aos ..... de ..... de 2019.

ASS.: -----

(nome e assinatura do representante legal)

**Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado pela empresa licitante, em atendimento ao Edital.**





ANEXO IV  
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_/2019 - CSL/SEAP

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO MARANHÃO, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE  
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio da **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária**, CNPJ/MF n.º, situada na **Rua Gabriela Mistral, nº 716, Vila Palmeira – São Luís – MA**, CEP: 65.045-070, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Secretário, portador do RG de n.º e CPF n.º, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu representante legal, \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, decorrente do Pregão Presencial n.º \_\_\_\_\_, com base na Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Decreto Estadual 24.629/2008, Lei Estadual 10.403/2015, Lei Estadual 9.529/2011 e Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista o que consta nos autos do **Processo n.º XXX/2019**., submetendo-se às cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para **prestação de serviço** de instalação de Estação de Tratamento de Água – ETA e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE com disponibilização de insumos nas Unidades Prisionais de Coroatá e São Luís, conforme condições e especificações delineados no Termo de Referência e seu anexo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O serviço será executado em remessa única, com prazo de entrega/instalação não superior a **90 (noventa) dias úteis**, contados após a emissão da ordem de serviço.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** – O valor do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) para o(s) Lote(s) ( )

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO** – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I – Edital do **Pregão Presencial N.º /2019/CSL/SEAP**.

II – Termo de Referência

III – Proposta e documentos anexos, firmados pela **Contratada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA** – O Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em **06 (seis) meses**, a contar da assinatura do contrato respeitando-se as normas licitatórias, jurisprudência e doutrina vigentes.

**CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO EQUIPAMENTO/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - Os equipamentos deverão ser ofertados com prazo de garantia mínima de **06 (seis) meses**, contados da data da instalação dos equipamentos, devendo prestar toda a assistência técnica e peças de reposição, caso seja



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

observado problemas de fabricação e/ou montagem que venham contribuir para o mal funcionamento do equipamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Sendo necessário, a assistência técnica será realizada nas dependências da contratada, em local adequado, durante o período da garantia contratual, ficando o transporte do equipamento, por conta desta Secretaria.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A assistência técnica ocorrerá dentro do prazo de garantia (6 meses), em caso de problemas de fabricação e/ou montagem, substituir, remover e/ou desmontar qualquer parte do equipamento quando isto for necessário para corrigir ou substituir parte defeituosas, obrigando-se também em montá-las novamente em sua posição original após a devida correção, substituição ou remoção da parte defeituosa, sem qualquer ônus para esta Secretaria

**CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL DE ENTREGA/INSTALAÇÃO** O objeto do Termo de Referência deve ser entregue e instalado na Penitenciária Regional de São Luís e Penitenciária Regional de Coroatá.

- Endereço: BR 135, KM 16, Pedrinhas, São Luís – MA.
- Endereço: Rua Mangue Alto, s/nº, Bairro Silene, Coroatá – MA.
- Horário: 08:00 às 18:00 (de segunda-feira à sexta-feira).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** É de responsabilidade da Contratada entregar e instalar o equipamento no local da prestação do serviço.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE ENTREGA/INSTALAÇÃO** – Prazo de entrega/instalação não superior a **90 (noventa) dias úteis**, contados após a emissão da ordem de serviço.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É de responsabilidade da contratada a gestão da mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão novos e de primeira qualidade, obedecendo às especificações constantes no Termo, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**PARÁGRAFO QUARTO.** Os equipamentos deverão ter as seguintes características: excelente relação custo x benefício; simplicidade operacional, garantia aos equipamentos e instrumentos bem como manutenção; total visualização do processo; permitir fácil adaptação para a desidratação do iodo, caso necessário.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA** – Caberá a ambas, além das obrigações estabelecidas neste Contrato e nas condições instituídas no Edital e no Termo de Referência.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à CONTRATANTE:**

- 1) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 2) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos, assim como a instalação dos mesmos;
- 3) Indicar o gestor ou fiscal durante a formalização do contrato, para acompanhamento, controle e fiscalização do cumprimento das cláusulas e condições estatuídas do mesmo;
- 4) Fornecer a CONTRATADA toda documentação e informações que se fizerem necessárias a contratação;
- 5) Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimentos contratuais;
- 6) A Contratante deverá comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer alteração contratual, incluindo mudança do local de entrega, de acordo com as prerrogativas concedidas à Administração Pública – Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA, é obrigada:**

- 1) Efetuar a entrega e instalação dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da **unidade, quantidade, marca e prazo de garantia**;
- 2) Assumir todos os encargos de possíveis demanda trabalhistas, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto.
- 3) Comunicar à Administração, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 5) Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da contratante;
- 6) Manter seus colaboradores identificados por crachá quando do fornecimento dos materiais a contratante;
- 7) Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta no Termo de Referência.
- 8) A contratada deverá manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO** – Nos termos do 67 da Lei nº 8.666 de 1993, será designado servidor da Unidade Gestora de Obras e Serviços de Engenharia – UGSE/SEAP/MA, para acompanhar e fiscalizar a entrega e instalação dos equipamentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinado o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A fiscalização de que trata o caput não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO** – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo Fiscal





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

ou Comissão Fiscal do Contrato, após o recebimento definitivo dos itens descritos no Termo de Referência, e ainda, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Somente poderá ser considerada para efeito de pagamento a efetiva entrega e instalação dos equipamentos pela **Contratada**, em conformidade com o Termo de Referência em anexo ao Edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O **Contratante** deverá efetuar o pagamento da fatura emitida pela **Contratada** após aprovadas pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Para pagamento, a contratada deverá apresentar solicitação de pagamento, nota fiscal discriminativa/fatura, acompanhada das cópias do contrato e dos termos aditivos (caso existam), cópia da ordem de fornecimento, CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas), certidão negativa de débito junto à Caema, certidão negativa de Falência e concordata, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, certidão negativa de débitos municipais e de dívida ativa com o Município, certidão negativa de débitos estaduais (CND) e de dívida ativa com o Estado (CNDA) e, se empresa maranhense, do Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgão Público (DANFOP), caso o valor da nota seja igual ou superior a **R\$ 1.000,00** (um mil reais).

**PARÁGRAFO QUARTO** - A nota fiscal em duas vias, acompanhada das certidões negativas e solicitação de pagamento, deverá ser entregue no setor de protocolo, o qual encaminhará à SUFIN para juntada ao processo de contratação juntamente com os documentos relativos ao pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O pagamento somente será efetuado a empresa contratada, vedada a negociação de documentos de cobrança de terceiros após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A retenção dos tributos devidos, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/ PASEP, não será efetuada caso a Contratada apresente junto com sua nota fiscal a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O pagamento será efetuado pelo **Contratante**, à **Contratada**, mediante depósito no Banco nº \_\_\_\_\_, Conta Corrente nº \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária seguinte:

**EQUIPAMENTOS: R\$ 99.107,77 (noventa e nove mil, cento e sete reais e setenta e sete centavos)**

ÓRGÃO: 56.000 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 56101 - SEAP

FUNÇÃO: 14

SUBFUNÇÃO: 421

PROGRAMA: 0554

AÇÃO: 4687 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PRISIONAL

PI: MODERGESTÃO

**NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52**

**Fonte: 0101**

**INSUMOS: R\$ 58.348,32 (cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos)**

ÓRGÃO: 56.000 – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 56101 –SEAP

FUNÇÃO: 14

SUBFUNÇÃO: 421

PROGRAMA: 0554

AÇÃO: 4684 – Manutenção das unidades prisionais



**PI: MANUTPRISÃO**

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30

Fonte: 0101

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES** – Caso o licitante venha a cometer atos que prejudiquem o certame ou a futura contratação, e de acordo com a modalidade licitatória a ser escolhida, poderão ser aplicadas as penalidades legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - De outro modo, quando do atraso injustificado na execução do contrato, a CONTRATADA poderá ser penalizada com multa de mora de até 1% (um por cento) do valor global do contrato por dia de atraso, nos termos do art. 86, *caput*, Lei Federal nº 8.666/1993, e das demais legislações pertinentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando da inexecução, total ou parcial, das obrigações contratuais, e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas o Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, e nas demais legislações pertinentes, sobretudo:

- a) **Advertência escrita;**
- b) **Multa**, sendo que:
  - b.1) No caso de inexecução total, multa de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
  - b.2) No caso de inexecução parcial, multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato;
- c) **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de transcorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A rescisão contratual poderá ocorrer a depender da gravidade da infração cometida pela CONTRATADA, tendo como parâmetro o disposto no instrumento convocatório ou no contrato, e nos termos dos artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Em todos os casos, deverão ser respeitados os princípios do devido processo, da ampla defesa e do contraditório.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS** – O instrumento contratual poderá ser modificado nos moldes dispostos da lei 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** O instrumento contratual poderá ser modificado unilateralmente pela Administração Pública, nos casos previstos no Art. 65, inciso I da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O contrato também poderá ser alterado por acordo entre as partes (CONTRATANTE E CONTRATADA), conforme dita o Art. 65, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**- Em ambos os casos, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nas compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato, nos termos do Art. 65, §1º, Lei Federal nº 8.666/1993.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS** – A Contratada poderá exercer seu direito ao reajuste dos preços após 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou da data do último reajuste.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os preços poderão ser reajustados de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

**Onde:** R = valor do reajuste procurado

V = valor inicial do contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA poderá exercer seu direito ao reajuste dos preços até data da prorrogação contratual subsequente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste no prazo estipulado no Parágrafo anterior, ocorrerá a preclusão do direito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O reajuste será precedido de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços que fundamenta a repactuação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO** – A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, em especial, conforme o disposto na lei 10.520/2002 e subsidiariamente a lei 8.666/1993, com as consequências contratuais previstas no mesmo instrumento legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA SUBCONTRATAÇÃO** Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS** - Fica estabelecido que aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e demais legislações aplicadas à matéria.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO** - Caberá à CONTRATANTE mandar providenciar a publicação até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** – O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/1993 e demais diplomas legais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de São Luís, capital do Estado do Maranhão. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Luís (MA), ..... de ..... de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHAS



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP/MEI

PREGÃO PRESENCIAL nº /2019 da SEAP

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_.

**DECLARA** que se **ENQUADRA** como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 11 do Decreto nº 6.204/2007.

**DECLARA**, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

São Luís- MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Fls. nº \_\_\_\_\_  
Proc.: 0101859/2018  
Rub: \_\_\_\_\_  
Mat.: 852652-00

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº /2019 da SEAP

Pelo presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

São Luís- MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal